



ELDORADO BRASIL CELULOSE S.A.

CNPJ/MF nº: 07.401.436/0002-12

NIRE: 35.300.444.728

Companhia Aberta

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

24 DE MARÇO DE 2015

ELDORADO BRASIL CELULOSE S.A.

CNPJ/MF nº: 07.401.436/0002-12

NIRE: 35.300.444.728

Companhia Aberta

Senhores Acionistas:

Apresentamos a seguir à apreciação dos senhores acionistas (“Acionistas”) a Proposta da Administração da Eldorado Brasil Celulose S.A. (“Eldorado” ou “Companhia”) acerca das matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a realizar-se no próximo dia 23 de abril de 2015, às 10h, observado o quanto disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”), na Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009 (“ICVM 481/09”) e no Estatuto Social da Companhia:

1. Tomada de contas da diretoria, exame, discussão e voto das demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, acompanhadas dos pareceres dos auditores independentes e do Conselho Fiscal, bem como do relatório anual da administração da Companhia.

Propomos que sejam aprovadas as contas da diretoria, as demonstrações financeiras e correspondentes notas explicativas, acompanhadas dos pareceres dos auditores independentes e do Conselho Fiscal, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, bem como do relatório anual da administração, conforme divulgadas em 27 de fevereiro de 2015 no website da Comissão de Valores Mobiliários, por meio do Sistema EmpresasNet (www.cvm.gov.br), na página da Companhia na Internet (www.eldoradobrasil.com.br) e nos jornais Brasil Econômico e Diário Oficial do Estado de São Paulo (as “Demonstrações Financeiras”).

Destacamos que as Demonstrações Financeiras da Companhia foram elaboradas pela Diretoria da Companhia, auditadas por seus auditores independentes – KPMG Auditores Independentes, apreciadas pelo Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Companhia, em reunião realizada em 26 de fevereiro de 2015. O Conselho Fiscal da Companhia, tendo examinado os documentos acima relacionados, opinou favoravelmente sobre o relatório anual da administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, recomendando seu encaminhamento para apreciação em sede de Assembleia Geral.

Informamos, ainda, que em complemento à disponibilização das Demonstrações Financeiras e do Relatório da Administração, os senhores Acionistas encontrarão, nos termos do inciso III do art. 9º da ICVM 481/09, no **Anexo A** à presente Proposta, nossos comentários sobre a situação financeira da Companhia, com as informações indicadas no Item 10 do Formulário de Referência da Companhia.

2. Deliberação quanto à destinação dos resultados da Companhia relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

Informamos que a Companhia não declarou ou pagou dividendos antecipados, nem juros sobre capital próprio durante o exercício de 2014 e propomos que, em razão do prejuízo apurado em referido exercício, não seja realizada qualquer distribuição de dividendos.

3. Eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia.

Os acionistas controladores da Companhia informaram à Administração da Companhia que indicarão para os cargos de membros do Conselho de Administração da Companhia, os Srs. (i) **Joesley Mendonça Batista**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 967.397 SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob o nº 376.842.211-91, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço profissional na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Marginal Direita do Tietê nº 500, Vila Jaguará, CEP 05118-100, para o cargo de membro do Conselho de Administração, tendo como seu suplente, **Ricardo Saud**, brasileiro, divorciado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº M2607129 SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 446.626.456-20, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço profissional na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Marginal Direita do Tietê nº 500, Vila Jaguará, CEP 05118-100; (ii) **Wesley Mendonça Batista**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 989.892 SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob o nº 364.873.921-20, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço profissional na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Marginal Direita do Tietê nº 500, Vila Jaguará, CEP 05118-100, para o cargo de membro do Conselho de Administração, tendo como seu suplente, **Francisco de Assis e Silva**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.960.789-1 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 545.102.019-15, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Marginal Direita do Tietê nº 500, Vila Jaguará, CEP 05118-100; (iii) **José Batista Sobrinho**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 172.026 SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob o nº 052.970.871-04, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço profissional na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Marginal Direita do Tietê nº 500, Vila Jaguará, CEP 05118-100, para o cargo de membro do Conselho de Administração, tendo como seu suplente, **Emerson Fernandes Loureiro**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 19.805.695-3 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 132.188.548-22, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço profissional na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua General Furtado do Nascimento nº 66, Alto de Pinheiros, CEP 05465-070; (iv) **Paulo Eduardo Nigro**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG/RNE 4166085, inscrito no CPF/MF sob o nº 064.352.268-90, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço profissional na Cidade de Guarulhos, Estado de São Paulo, na Rodovia Presidente Dutra, Km 222,2, s/n, Porto da Igreja, CEP 07034-904, para o cargo de membro do Conselho de Administração, tendo como seu suplente, **Antônio da Silva Barreto Júnior**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 4356528 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 003.245.181-45, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço profissional na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Marginal

Direita do Tietê nº 500, Vila Jaguará, CEP 05118-100; (v) **Miguel João Jorge Filho**, brasileiro, casado, jornalista, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.372.368 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 024.842.858-68, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço profissional na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Juscelino Kubitschek nº 1455, 5º andar, Vila Nova Conceição, CEP 04543-011, para o cargo de membro do Conselho de Administração, tendo como seu suplente, **Humberto Junqueira de Farias**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 15186647 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 111.572.558-09, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço profissional na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Marginal Direita do Tietê nº 500, Vila Jaguará, CEP 05118-100.

Adicionalmente, o Florestal Fundo de Investimento em Participações, com fulcro em Acordo de Acionistas firmado com a J&F Investimentos S.A., informou à Administração da Companhia que indicará para os cargos de membros do Conselho de Administração da Companhia, os Srs. (i) **Lício da Costa Raimundo**, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 16.457.720 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 131.951.338-73, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com endereço profissional na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua do Ouvidor nº 98, 9º andar, Centro, CEP 20040-030, para o cargo de membro do Conselho de Administração, tendo como seu suplente **Paola Rocha Ferreira**, brasileira, casada, engenheira química, portadora da Cédula de Identidade RG nº 10.754.129-4 DICRJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 081.786.107-60, residente e domiciliada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com endereço profissional na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua do Ouvidor nº 98, 8º andar, Centro, CEP 20040-030; e (ii) **Alcinei Cardoso Rodrigues**, brasileiro, casado, economista, portador da Carteira de Identidade RG nº 17.041.302-0 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 066.206.228-01, residente e domiciliado na Cidade de Brasília, Distrito Federal, com endereço profissional na Cidade de Brasília, Distrito Federal, na SCN Quadra 02, Bloco A, 11º, 12º e 13º andares – Ed. Corporate Financial Center, CEP 70.712-900, para o cargo de membro do Conselho de Administração, tendo como sua suplente, **Mariana Santa Bárbara Vissirini**, brasileira, em união estável, economista, portadora da Cédula de Identidade RG nº 12.907.775-6 DICRJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 096.566.157-19, domiciliada na Cidade de Brasília, Distrito Federal, com endereço comercial na SCN Quadra 02, Bloco A, 11º, 12º e 13º andares – Ed. Corporate Financial Center, CEP 70712-900.

Os membros ora indicados para o Conselho de Administração da Companhia, se eleitos, tomarão posse nos respectivos cargos no dia 23 de abril de 2015 para o cumprimento do mandato que se encerrará na data da realização da Assembleia Geral Ordinária em que os senhores Acionistas deliberarem acerca das demonstrações financeiras do exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2015.

Esclarecemos que, nos termos do artigo 10 da ICVM 481/09, disponibilizamos aos senhores Acionistas, no **Anexo B** à presente Proposta, as informações referentes aos candidatos aos cargos de membro do Conselho de Administração da Companhia, conforme indicadas nos Itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência da Companhia.

4. Eleição dos membros do Conselho Fiscal da Companhia.

Os acionistas controladores da Companhia informaram à Administração da Companhia que indicarão para os cargos de membros do Conselho Fiscal da Companhia, os Srs. (i) **Florisvaldo Caetano de Oliveira**, brasileiro, divorciado, técnico em contabilidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 250.889 SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob o nº 098.272.341-53, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço profissional na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 2.391, 2º andar, conjunto 22, sala 01, Jardim Paulistano, CEP 01452-000, tendo como seu suplente **Sandro Domingues Raffai**, brasileiro, solteiro, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 13.541.060 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 064.677.908-71, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço profissional na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 2.391, 2º andar, conjunto 22, sala 01, Jardim Paulistano, CEP 01452-000; e (ii) **Demetrius Nichele Macei**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.952.651-7 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 787.870.509-78, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com endereço profissional na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Cândido Lopes nº 128, 4º e 5º andar, CEP 80020-060, tendo como seu suplente **Adrion Lino Pires**, brasileiro, casado, contador, portador de Cédula de Identidade RG nº 3165463-1834614 SSP/GO, inscrito no CPF/MF sob o nº 532.596.451-87, residente e domiciliado na Cidade de Goiânia, Estado de Goiás, com endereço profissional na Rua T-38 nº 1319, Apartamento 1002, Edifício Águas Claras, Condomínio Aldeia da Serra, Setor Bueno, CEP 74223-042.

Adicionalmente, o Florestal Fundo de Investimento em Participações, com fulcro em Acordo de Acionistas firmado com a J&F Investimentos S.A., informou à Administração da Companhia que indicará para o cargo de membro do Conselho Fiscal da Companhia, o Sr. **Rogério Santa Rosa**, brasileiro, casado, advogado, portador da Carteira de Identidade RG nº 20547439 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 139.478.488-03, residente e domiciliado na Cidade de Americana, Estado de São Paulo, com endereço profissional na Cidade de Americana, Estado de São Paulo, na Rua Quinto Ferramola nº 460, Balneário Riviera, CEP 13476-800, tendo como seu suplente **Daniel Gonçalves Pereira**, brasileiro, solteiro, economista, portador da Carteira de Identidade RG nº 13.036.554-7 IFP/RJ, inscrito no CPF/MF nº 102.878.997-13, residente e domiciliado na Cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com endereço profissional na Cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua do Ouvidor nº 98, 8º andar, Centro, CEP 20040-030.

Os membros ora indicados para o Conselho Fiscal da Companhia, se eleitos, tomarão posse nos respectivos cargos no dia 23 de abril de 2015 para o cumprimento do mandato que se encerrará na data da realização da Assembleia Geral Ordinária em que os senhores Acionistas da Companhia deliberarem acerca das demonstrações financeiras do exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2015.

Esclarecemos que, nos termos do artigo 10 da ICVM 481/09, disponibilizamos aos senhores Acionistas, no **Anexo B** à presente Proposta, as informações referentes aos candidatos aos cargos de membro do Conselho Fiscal da Companhia, conforme indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência da Companhia.

5. Fixação da remuneração global dos administradores, assim como a dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, para o exercício social de 2015.

Tendo em vista que a Assembleia Geral deliberará sobre a fixação da remuneração global dos administradores da Companhia, após atualização de nossa pesquisa sobre os valores praticados no mercado para remunerar executivos que integram a administração de companhias registradas perante a CVM, propomos a fixação da remuneração global dos administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2015 no valor agregado de até R\$19.500.000,00, sendo que, desse total, R\$19.071.183,00 referem-se à remuneração de seus administradores, cabendo ao Conselho de Administração determinar a sua distribuição em linha com o previsto no Estatuto Social da Companhia, e R\$428.817,00 referem-se à remuneração dos membros do Conselho Fiscal, nos termos do §3º do art. 162 da Lei das S.A.

Propomos, ainda, que, para o exercício social de 2015, os membros titulares do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia percebam uma remuneração fixa mensal, independente da quantidade de reuniões que se realizarem no mês de competência (“Honorários Mensais”); observado que, no caso de ausência de conselheiro titular em pelo menos uma reunião realizada no mês de competência, o mesmo perceberá 50% dos Honorários Mensais e, em caso de comparecimento de conselheiro suplente em qualquer reunião realizada no mês de competência, em substituição ao seu respectivo efetivo, o conselheiro suplente perceberá 50% dos Honorários Mensais, sendo que referidos percentuais serão ponderados pelo número de reuniões do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal havidas no mês de competência, em caso de realização de mais de uma reunião no mês em que houver atendimento às reuniões por conselheiros suplentes. Além da remuneração acima fixada, os membros em exercício do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia deverão ter direito ao reembolso das despesas de locomoção e estadia necessárias e comprovadamente incorridas no desempenho de suas funções.

São Paulo, 24 de março de 2015.

Hélio Baptista Novaes
Diretor de Relações com Investidores

ANEXO A

Data-Base: 31.12.2014

(Item 10 do Formulário de Referência da Companhia)

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(a) condições financeiras e patrimoniais gerais

O ano de 2014 foi marcado pela consolidação da Eldorado no mercado global de celulose, com a conquista de reconhecimento internacional, evolução significativa em todas as áreas do nosso negócio e o atingimento de níveis crescentes de excelência pela companhia. A Eldorado apresentou excelentes resultados em 2014, com recordes de produção e vendas. Encerramos o ano com a produção de 1,568 milhão de toneladas de celulose – 5% acima da capacidade nominal do projeto – e 1,561 milhão de toneladas em vendas. No segundo ano de operação, a nossa estratégia Comercial consolidou a posição da Eldorado como fornecedora de celulose para o mercado global, com volume de vendas 35% acima do registrado em 2013, com portfólio diversificado por regiões e clientes. A energia também foi destaque na operação da Eldorado em 2014: além da produção para uso próprio, foi vendido volume excedente correspondente a 551.788 MW de energia total, para os parceiros localizados no nosso parque industrial e para o sistema elétrico nacional. No começo de 2014, quando se realizou a parada anual programada para manutenção, foram introduzidas, sem custos adicionais, melhorias de desempenho que permitiram elevar a capacidade de produção da fábrica em Três Lagoas (MS) para 1,7 milhão de toneladas de celulose por ano, 13% acima da capacidade inicial do projeto.

Na área Florestal, um dos destaques em 2014 foi o plantio de 50 mil hectares, levando ao atingimento de área própria plantada de mais de 200 mil hectares ao final do ano. Ao longo do ano, consolidamos o programa de primarização na área Florestal em praticamente 100% dos processos. A Eldorado também evoluiu de forma expressiva na mecanização do plantio e da colheita, tornando-se referência no setor florestal no país. Também progredimos muito na área de melhoramento genético: somente em 2014, trabalhamos com mais de 300 clones de alta performance adaptados às condições de clima e produção da região de Três Lagoas e originários do nosso programa de pesquisa e desenvolvimento. As atividades desse programa de desenvolvimento genético são assessoradas pelo Conselho Científico Florestal da Eldorado, composto por especialistas do setor florestal e profissionais da companhia.

A área de logística da Eldorado realizou progressos significativos nas operações rododiferroviárias, com aumento de competitividade e redução significativa de custos. Também avançamos de maneira importante na construção de nosso terminal próprio no porto de Santos, com começo de operação estimado para o primeiro semestre de 2015.

Em junho, recebemos do Imasul (Instituto do Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul) a Licença de Implantação para ampliar nossa capacidade de produção de celulose para 4 milhões de toneladas por ano.

Em 2014, a Eldorado alcançou receita bruta de R\$ 2,5 bilhões, 43% acima da receita do ano anterior, e R\$ 825 milhões de Ebitda, com crescimento de 86% em relação a 2013. Nesse período, a companhia registrou prejuízo líquido de R\$ 419 milhões, contra prejuízo de R\$ 491 milhões no período anterior.

Em 02 de janeiro de 2015, a Eldorado concluiu captação de ACC no montante de R\$ 150 milhões, com vencimento em 23 de dezembro de 2015. Esses recursos foram utilizados para abatimento adicional do conta corrente com o acionista controlador, que caiu para R\$ 215 milhões no início de janeiro de 2015. Para 2015, nosso foco continuará sendo o aumento da produtividade e da competitividade, por meio de maior eficiência operacional. A partir do segundo semestre deste ano, encerraremos as operações de colheita e transporte de madeira proveniente do estado de São Paulo e intensificaremos significativamente a colheita de eucalipto de florestas próprias no Mato Grosso do Sul, com redução relevante do custo florestal. Outra ruptura importante na operação da Eldorado neste ano será o impacto da entrada em operação do terminal próprio em Santos. No ano de 2015, continuaremos nosso caminho de eficiência operacional, competitividade e foco nas pessoas, buscando aprimorar ainda mais nosso potencial de crescimento e atingir sustentabilidade contínua para a empresa e seus acionistas.

A Administração da Companhia entende, considerando os resultados de 2014 e o plano de negócios da empresa, que a Eldorado apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para a continuidade e desenvolvimento de suas operações.

(b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando (i) hipóteses de resgate; (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

O patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 816.044 mil. No final do exercício de 2013, o patrimônio líquido era de R\$ 1.237.014 mil, enquanto em dezembro de 2012, o montante foi de R\$ 1.735.148 mil. Esta redução do patrimônio líquido reflete principalmente os prejuízos acumulados durante o período em análise.

No Estatuto Social da Companhia não há previsão de resgate de ações. Também não existe, no curto prazo, previsão ou intenção da Administração da Companhia de propor realização de tal evento. Adicionalmente não temos instrumentos patrimoniais emitidos e não temos ações em circulação.

(c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Administração da Companhia trabalha com o compromisso de manter seu equilíbrio econômico-financeiro e, para isso, conta com os recursos existentes, com o acesso aos mercados de capitais e de financiamentos, além de diversas alternativas que são analisadas pela Companhia, quando necessário.

O vencimento do passivo não circulante ocorrerá em:

Em R\$ mil	31.12.2014
2016	765.019
2017	681.906
2018	680.005
2019	672.967
A partir de 2020	2.622.054
Total	<u>5.421.951</u>

A Administração da Companhia acredita que a companhia terá a capacidade de honrar os compromissos financeiros assumidos, com base na expectativa de geração futura e projeção de alavancagem dos fluxos de caixas operacionais decorrente de suas das operações.

A Administração da Companhia, para sustentar seus projetos futuros, acredita na manutenção e na obtenção de novas linhas de financiamento de longo prazo, a qual acredita que continuarão disponíveis,

considerando o atual cenário de mercado. Desde o início das operações, a qualidade de crédito da Companhia apresentou evolução constante, juntamente com o restante dos indicadores operacionais. Neste contexto, estima-se uma melhora no perfil dívida em relação a prazo e custo de captação.

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A Companhia, sempre que entende necessário, capta recursos no mercado para financiamento: i) das necessidades de capital de giro, ii) dos investimentos de curto prazo e iii) da manutenção de disponibilidades de caixa em patamar apropriado para a Companhia.

Atualmente, o capital de giro da Companhia é financiado, quando necessário, por meio de operações de crédito, de curto prazo e longo prazos, junto a instituições financeiras. Os maiores montantes destas captações são advindos de i) operações de crédito na modalidade de ACCs (Adiantamento sobre Contrato de Câmbio), em que a Companhia efetua antecipações de recursos em moeda nacional (R\$) com base no lastro na exportação de seu produto e ii) cédulas de crédito bancários junto às instituições financeiras.

Os investimentos de curto prazo consistem no programa de plantio de florestas (silvicultura) e no CAPEX de manutenção das operações florestais e industriais. O referido investimento tem sido financiado por linhas de crédito bancárias.

O item 10.f. descreve, em maior detalhe, os empréstimos e financiamentos da Companhia.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Administração da Companhia acredita que a geração de caixa de suas operações, juntamente com os instrumentos mencionados no item 10.1.d, serão suficientes para equacionar seus compromissos de forma satisfatória. Com o objetivo de alongamento do prazo da dívida e redução do custo médio da dívida, independentemente de eventual descasamento das disponibilidades com o vencimento de montante no curto prazo, a Companhia deverá avaliar a possibilidade de captação de recursos no mercado de capitais através de linhas como pré-pagamentos de exportações e *bonds*.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições impostas à Companhia em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

A tabela abaixo demonstra as dívidas bruta e líquida de curto e longo prazo, bem como em moeda nacional (Real) e moeda estrangeira da Companhia nos períodos indicados:

Em R\$ mil, exceto percentuais	2014	%	2013	%	2012	%
Moeda nacional	2.484.467	33,0%	3.953.959	59,5%	3.559.250	75,9%
Moeda estrangeira	5.047.911	67,0%	2.695.467	40,5%	1.128.495	24,1%
Total endividamento Bruto ¹	7.532.378		6.649.426		4.687.745	
Endividamento de curto prazo	1.744.957	23,2%	1.458.549	21,9%	628.613	13,4%
Endividamento de longo prazo	5.787.421	76,8%	5.190.877	78,1%	4.059.132	86,6%
Total endividamento Bruto¹	7.532.378		6.649.426		4.687.745	
Disponibilidades: Composta por caixa e equivalentes de caixa.	103.140		74.678		595.799	
Resultado de Hedge	67.020		-		-	
Total endividamento Líquido	7.362.218		6.574.748		4.091.946	

(1) Total de dívidas: Composto por empréstimos, financiamentos, debêntures e conta corrente com o acionista controlador.

NÍVEIS DE ENDIVIDAMENTO

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo da dívida bruta consolidada da Companhia era de R\$7.532.378 mil, sendo R\$ 1.744.957 mil (23,2%) o endividamento de curto prazo e R\$ 5.787.421 mil (76,8%) de longo prazo. Já em 31 de dezembro de 2013, o referido saldo da dívida bruta consolidada era de R\$ 6.649.426 mil, dos quais R\$ 1.458.549 mil (21,9%) representavam dívidas de curto prazo e R\$ 5.190.877 mil (78,1%) dívidas de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo era de R\$ 4.687.745 mil, dos quais R\$ 628.613 mil (13,4%) no curto prazo e R\$ 4.059.132 mil (86,6%) no longo prazo. O aumento do saldo de dívidas em R\$ ao longo destes três anos reflete o início da produção de celulose na fábrica de Três Lagoas em dezembro de 2012, e o conseqüente aumento de operações de financiamento *trade related*, e o aumento da taxa de câmbio uma vez que grande parte da dívida é indexada em dólar.

O quadro abaixo sintetiza nossas dívidas financeiras e obrigações contratuais da Companhia em 31 de dezembro de 2014:

Modalidade	Taxa média anual de juros e comissões	Controladora e Consolidado	
		31/12/2014	31/12/2013
Financiamentos para aquisição de ativo imobilizado			
FINAME - Financiamentos a empreendimentos	Juros médios de 3% a 8,00% a.a.	93.627	36.779
ACC - Adiantamento Contrato Câmbio (i)	Varição cambial + juros	1.157.659	876.645
BNDES - Subcrédito A (ii)	TJLP + 3,32%	514.926	511.854
BNDES - Subcrédito B (ii)	Taxa Variável BNDES + 3,32%	960.388	842.310
BNDES - Subcrédito C H e L (ii)	Taxa Variável BNDES + 4,52%	1.098.702	965.991
BNDES - Subcrédito G (ii)	TJLP + 2,92%	137.031	137.191
BNDES - Subcrédito K (ii)	TJLP	12.748	5.019
BNDES - Subcrédito D (ii)	TJLP + 1,8%	144.364	144.537
BNDES - Subcrédito E (ii)	Taxa Variável BNDES + 1,8%	445.210	389.196
BNDES - Subcrédito F e J (ii)	Taxa Variável BNDES + 3%	248.849	219.497
BNDES - Subcrédito I (ii)	TJLP + 1,4%	37.075	37.119
ECAs – Export Credit Agencies (iii)	Varição cambial + juros de 2,8% a.a até 5,69% a.a.	1.062.017	911.051
Debêntures (primeira emissão) (iv)	110% do CDI	4.536	10.156
Debêntures (segunda emissão) (v)	IPCA + 7,41% a.a.	1.047.365	992.607
FCO - Fundo para o Financiamento do Centro-Oeste (vi)	Juros de 8,5% a 9 % a.a.	49.960	64.861
Leasing Arrendamento Mercantil	4,86 % a 9,84% a.a	-	5
Capital de giro (viii)	Taxa de 5,74% a.a. em dólares e 10,27% a 12,41% a.a. em reais	41.415	452.779
NCE (vii)	CDI + spread	111.036	51.829
		<u>7.166.908</u>	<u>6.649.426</u>
Controladora e consolidado			
		31/12/2014	31/12/2013
Desdobramento			
Passivo Circulante		1.744.957	1.458.549
Passivo não circulante		5.421.951	5.190.877
		<u>7.166.908</u>	<u>6.649.426</u>

CONTRATOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS RELEVANTES

- (i) Financiamento do capital de giro por meio de Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (ACCs)
- (ii) Captações com o BNDES: em 22 de julho de 2011, a Companhia firmou contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), com aditivos celebrados em 5 de março e 10 de agosto de 2012, no valor total de R\$ 2,7 bilhões, para a construção da fábrica de papel e celulose, incluindo a aquisição de máquinas e equipamentos nacionais e implantação do sistema de programa de investimentos sociais no âmbito da comunidade em áreas de influência da fábrica (“Projeto”). Assim, entre março de 2012 e dezembro de 2013, o BNDES confirmou a eficácia do referido contrato através de liberações, as quais deverão ser pagas em 90 parcelas com início de pagamento em janeiro de 2015.
- (iii) Contratos de financiamento com as Agências de Crédito à Exportação — Export Credit Agencies (ECAs) — liberados em 28 de dezembro de 2012, com amortização em 19 parcelas semestrais, a partir de novembro de 2013 até novembro de 2022, com taxas de juros e variação cambial USD compostas pelas seguintes Agências: Finnvera, valor de R\$ 439.551 à taxa de 3,1% a.a., equivalente a USD 215.477, e R\$ 116.830 à taxa de 5,69% a.a., equivalente a USD 57.243; EKN, valor de R\$ 204.825 à taxa de 2,8% a.a., equivalente a USD 100.256; e Oekb, valor de R\$ 182.439 à taxa de 5,69% a.a., equivalente a USD 89.361.
- (iv) Em 20 de agosto de 2012, a Companhia realizou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, em série única para colocação privada, portanto dispensada do registro na CVM, com juros remuneratórios de 110% CDI a.a. e vencimento final em setembro de 2015. As debêntures foram integralmente distribuídas em 29 de novembro de 2012.
- (v) Em 1º de dezembro de 2012, a Companhia realizou a segunda emissão de debêntures simples totalmente subscritas pelo FI-FGTS, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, com garantias adicionais real e fidejussória, com atualização monetária pelo IPCA, mais juros remuneratórios de 7,41% a.a. e vencimento final em dezembro de 2027. As debêntures foram integralmente distribuídas em 17 de dezembro de 2012.
- (vi) Contratos de financiamentos de Fundo para o Financiamento do Centro-Oeste (FCO), com o Banco do Brasil, com valores e vencimentos a seguir: R\$ 26.401, vencimento em 2016; e R\$ 23.560, vencimento em 2017, garantidos por propriedades (fazendas) até o limite da dívida assumida.
- (vii) Contratos de Notas de Crédito à Exportação (NCE), denominadas em reais com vencimento de até 360 dias.
- (viii) Empréstimos denominados em Dólar para financiamento da compra de locomotivas, com amortização semestral a partir de 2014 até 2020 com a Caterpillar Financial Services.

GRAU DE SUBORDINAÇÃO ENTRE AS DÍVIDAS

Não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas quirográficas da Companhia. As dívidas que são garantidas com garantia real contam com as preferências e as prerrogativas previstas em lei. Tais credores possuem, portanto, até o valor das respectivas garantias, prioridade no caso de falência da Companhia. As demais dívidas da Companhia são da espécie quirográfica.

Os contratos de financiamentos, ECAs e BNDES firmados pela Companhia, destinados à implantação de seu complexo industrial e correspondente estrutura logística, contêm garantias através de ativos imobilizados até o limite das respectivas dívidas, bem como restrições financeiras (“*financial covenants*”) usualmente aplicáveis às referidas modalidades de longo prazo.

Tais compromissos preveem, entretanto, que os testes de cumprimento de todos os *financial covenants*, somente ocorrerão a partir do encerramento do ano fiscal de 2015, de forma a acomodar o período necessário para o alcance da plenitude operacional e geração de caixa da Companhia.

EVENTUAIS RESTRIÇÕES IMPOSTAS À COMPANHIA EM RELAÇÃO A LIMITES DE ENDIVIDAMENTO E CONTRATAÇÃO DE NOVAS DÍVIDAS, À DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS, À ALIENAÇÃO DE CONTROLE SOCIETÁRIO

Os contratos financeiros da Companhia impõem, de forma geral, limites de endividamento para a Companhia, como também restrições para a contratação de novas dívidas, alienação e oneração de ativos da Companhia. Esses *covenants* são calculados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, auditadas ou revisadas, conforme o caso, para os períodos indicados nas respectivas cláusulas.

(g) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As tabelas a seguir apresentam os valores consolidados dos balanços patrimoniais e demonstrações do resultado dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012 elaborados em acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) e em acordo com as interpretações e as orientações do Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

DISCUSSÃO DOS ITENS SIGNIFICATIVOS DOS BALANÇOS PATRIMONIAIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (em R\$ mil):

Ativo	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	54.551	74.678
Contas a receber de clientes	465.291	510.874
Estoques	360.622	332.246
Tributos a recuperar	296.536	114.310
Adiantamentos a fornecedores	14.856	97.460
Derivativos a receber	28.134	56.520
Outros ativos circulantes	11.509	46.035
Total do circulante	1.231.499	1.232.123
Não circulante		
Títulos e valores mobiliários	48.589	-
Tributos a recuperar	360.631	265.378
Adiantamentos a fornecedores	47.148	35.220
Imposto de renda e contribuição social diferidos	522.830	270.879
Depósitos, cauções e outros	2.363	4.094
Outros ativos - partes relacionadas	26.191	41.009
Outros ativos não circulantes	14.909	-
	1.022.661	616.580
Ativos biológicos	1.508.171	1.179.932
Investimentos	-	6.521
Imobilizado	4.886.384	5.193.461
Intangível	39.167	46.101
Total do não circulante	7.456.383	7.042.595
Total do ativo	8.687.882	8.274.718

Ativo Circulante

O ativo circulante, no final do exercício de 2014, foi de R\$ 1.231.499 mil, praticamente mantendo o mesmo patamar do ano de 2013. Esta pequena redução de R\$ 624 mil reflete principalmente: i) o aumento dos tributos a recuperar em R\$ 182.226 mil de 2013 para 2014, ii) o aumento dos estoques no valor de R\$ 28.376 mil em função do aumento dos volumes de produção, iii) a redução dos adiantamentos a fornecedores no montante de R\$ 82.604 mil, reflexo do recebimento físico da madeira adquirida de terceiros futura ao longo de 2014, e iv) diminuição do contas a receber de clientes em R\$ 45.583 mil evidenciando o esforço da área comercial da Eldorado para redução dos prazos de recebimento para melhoria do fluxo de caixa.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante da Eldorado encerrou o ano de 2014 em R\$ 7.456.383 mil, 6% acima do montante do exercício de 2013. As principais causas deste pequeno acréscimo do ativo não circulante foram: i) o crescimento de imposto de renda e contribuição social diferidos no valor de R\$ 251.951 mil em função, principalmente, do diferimento do Imposto de Renda sobre a variação cambial, ii) o aumento do saldo do ativo biológico no montante de R\$ 328.239 mil devido a evolução da área plantada da Eldorado, iii) a redução do ativo imobilizado em R\$ 307.077 mil e iv) o incremento dos tributos a recuperar no valor de R\$ 95.253 mil.

Passivo	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Circulante		
Fornecedores	185.475	253.443
Empréstimos e financiamentos	1.744.957	1.458.549
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	89.741	54.313
Outras obrigações - partes relacionadas	31.379	29.007
Outros passivos circulantes	30.501	46.660
Total do circulante	2.082.053	1.841.972
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	5.421.951	5.190.877
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	365.470	-
Provisão para riscos processuais	2.364	3.200
Provisão para perdas em controladas	-	-
Outros passivos não circulantes	-	1.655
Total do não circulante	5.789.785	5.195.732
Patrimônio líquido		
Capital social	1.788.792	1.567.635
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	221.157
Ajustes acumulados de conversão	(10.170)	(12.548)
Prejuízos acumulados	(962.578)	(543.944)
Participação dos acionistas controladores	816.044	1.232.300
Participação dos acionistas não controladores	-	4.714
Total do patrimônio líquido	816.044	1.237.014
Total do passivo	7.871.838	7.037.704
Total do passivo e patrimônio líquido	8.687.882	8.274.718

Passivo Circulante

A companhia encerrou o exercício de 2014 com um passivo circulante de R\$ 2.082.053 mil, contra um montante de R\$ 1.841.972 mil em 2013. Este incremento de R\$ 240.081 mil representa um crescimento de 13% em relação ao ano anterior. Os principais motivos para este acréscimo são: i) o aumento de empréstimos e financiamentos de curto prazo no valor de R\$ 286.408 mil reflexo do aumento das linhas de créditos com lastro em recebíveis de exportação uma vez que os volumes de vendas da companhia foram aumentando gradativamente ao longo de 2014 e ii) redução dos fornecedores em R\$ 67.968 mil.

Passivo Não Circulante

Em dezembro de 2014, o passivo não circulante da companhia foi de R\$ 5.789.785 mil, com um crescimento de 11% em relação a R\$ 5.195.732 mil registrado em 2013. Este incremento reflete o aumento de empréstimos e financiamentos de longo prazo, incluindo as transações com partes relacionadas, em R\$ 596.544 mil. No final de 2014, 61% do valor total de empréstimos e financiamentos de longo prazo de R\$ 5.787.421 mil, estava indexado ao dólar e, portanto, parte do aumento desta conta é resultante do aumento da taxa de câmbio entre o final do exercício de 2013 e dezembro de 2014.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da Eldorado apresentou redução de R\$ 420.970 mil ao longo do ano de 2014, variando de R\$ 1.237.014 mil em 2013 para R\$ 816.044 mil. Esta variação é devida ao efeito dos prejuízos acumulados no período em análise de R\$ 418.634 mil.

DISCUSSÃO DOS ITENS SIGNIFICATIVOS DE RESULTADO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (em R\$ mil):

	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Receita líquida	2.199.222	1.570.417
Custo dos produtos vendidos	<u>(1.456.157)</u>	<u>(1.045.202)</u>
Lucro bruto	<u>743.065</u>	<u>525.215</u>
(Despesas) receitas operacionais		
Administrativas e gerais	(96.692)	(88.826)
Com vendas e logística	(370.958)	(298.576)
Valor justo do ativo biológico	12.293	149.665
Outras receitas (despesas) líquidas	<u>212.536</u>	<u>31.373</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	<u>500.244</u>	<u>318.851</u>
Resultado financeiro líquido	(1.169.519)	(1.080.719)
Prejuízo antes da provisão para imposto de renda e contribuição social	<u>(669.275)</u>	<u>(761.868)</u>
Imposto de renda e contribuição social		
Correntes	(1.678)	-
Diferidos	<u>251.951</u>	<u>270.855</u>
Prejuízo do exercício	<u>(419.002)</u>	<u>(491.013)</u>

Receita Líquida de Vendas

Em 2014, a receita líquida totalizou R\$ 2.199.222 mil, com um crescimento expressivo de 40% em comparação com o ano de 2013. O aumento do volume de vendas de 35% no período é responsável por grande parte desta variação. No exercício de 2014, as exportações representaram 89% das vendas totais, enquanto o mercado interno, 11%.

Custos dos Produtos Vendidos

Os custos dos produtos vendidos totalizaram R\$ 1.456.157 mil em 2014, em comparação com R\$ 1.045.202 mil no ano anterior. O principal motivo deste aumento de R\$ 410.955 mil é o aumento de 35% do volume de vendas do período em análise, que foi de 1,154 milhão de toneladas de celulose para 1,561 milhão no ano seguinte.

Despesas Gerais, Administrativas e de Vendas e Valor Justo Ativo Biológico

As despesas administrativas e gerais tiveram um aumento de R\$ 7,9 milhões, saindo de R\$ 88,8 milhões em 2013 para R\$ 96,7 milhões no ano seguinte. O aumento percentual de 9% está alinhado com a inflação do período e intensificação dos volumes da companhia.

O crescimento de 35% do volume de vendas da Eldorado em 2014, em comparação com 2013, foi o responsável pelo incremento de 24% das despesas com vendas e logísticas, de R\$ 298.576 mil para R\$ 370.958 mil. Ou seja, o indicador “despesas com vendas e logísticas/volume de vendas” foi de R\$ 238/ton em 2014, contra R\$ 259/ton no ano anterior.

O valor justo dos ativos biológicos teve um aumento de R\$ 12.293 mil em 2014 em função do crescimento das florestas próprias da Eldorado apurado em relação ao valor de mercado de transações de venda de madeira no estado do Mato Grosso do Sul, que no final do exercício, representaram uma área total de mais de 200 mil hectares.

Resultado Financeiro Líquido

A variação cambial foi o principal motivo que levou o incremento do resultado financeiro líquido, de R\$ 1.080.719 mil em 2013 para R\$ 1.169.519 mil para o ano seguinte. O resultado financeiro líquido é composto por rendimentos de aplicações financeiras, despesas bancárias diversas, juros passivos, despesas com fiança, resultados com derivativos e variações cambiais passivas líquidas, sendo esta responsável pela piora em R\$ 71 milhões.

Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)

No ano de 2014, a Eldorado optou pelo reconhecimento da variação cambial quando no momento da liquidação de seus financiamentos. Com isso, gerou um crédito de Imposto de Renda equivalente a cerca de R\$ 175 milhões, que compõe parte significativa do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos no valor de R\$ 252 milhões.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

(a) resultado das operações da Companhia, incluindo (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

A Companhia encerrou o exercício de 2014 com um faturamento bruto de R\$ 2,5 bilhões, 43% acima da receita do ano anterior, e atingiu uma receita líquida de R\$ 2,2 bilhões. As exportações representaram 89% das vendas anuais da Eldorado, com destaque para Ásia e Europa, responsáveis pelo maior consumo da celulose da empresa. Os custos apresentaram melhora significativa em relação ao ano de 2013, primeiro ano de operação da Companhia. Esse aumento de competitividade foi proveniente do aumento do volume de produção, que apresentou crescimento de 23% em comparação com exercício de 2013, e de iniciativas de aumento de produtividade como primarização nas áreas de logística, industrial e florestal e intensificação da mecanização do campo.

A Eldorado obteve, no segundo semestre de 2014, 45% de margem EBITDA - a melhor do setor de celulose no Brasil. Em 2014, R\$ 825 milhões de Ebitda, com crescimento de 86% em relação a 2013. Neste período, a companhia registrou um prejuízo líquido de R\$ 419 milhões, contra um prejuízo de R\$ 491 milhões no período anterior. No ano de 2014, a companhia plantou 50 mil hectares, levando ao atingimento de área própria plantada de mais de 200 mil hectares ao final do ano.

(b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações no preço da celulose no mercado internacional, na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros. Os riscos estão concentrados em sua dívida com instituições financeiras, relacionados à construção do parque fabril e das florestas de eucalipto.

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no nosso resultado operacional e financeiro

O risco de taxa de juros está atrelado diretamente ao risco de aumentos nos encargos financeiros relacionados aos empréstimos e aos financiamentos, considerando as flutuações de taxas de mercado. As principais exposições às quais a Companhia está sujeita, no tocante às variações cambiais, referem-se à flutuação do dólar norte-americano e do Euro em relação ao Real.

Segue abaixo tabela com as cotações destas moedas em 31 de dezembro dos respectivos anos:

	2014	2013
Dólar	R\$ 2,6556	R\$2,3420
Euro	R\$3,2164	R\$3,2453

Nos exercícios de 2013 e 2014, o risco de variação cambial está concentrado nas rubricas Empréstimos e Financiamentos, Clientes, Fornecedores e Adiantamentos a fornecedores. A Companhia, a fim de neutralizar o impacto cambial das suas dívidas em dólar, adota hedge de balanço.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(a) da introdução ou alienação de segmento operacional

Com o início das operações em dezembro de 2012, a Eldorado tem tido um excelente desempenho operacional, tendo encerrado o ano de 2014 com produção de 1,568 milhão de toneladas de celulose, acima da capacidade inicial de projeto de 1,500 milhão de toneladas. A estratégia comercial também se destacou, com vendas de 1,561 milhão de toneladas de celulose em 2014 e portfólio diversificado de clientes distribuídos pelas principais regiões consumidoras.

No ano de 2014, a Eldorado concluiu a aquisição integral da Rishis Empreendimentos e Participações S.A.. A Rishis é uma sociedade voltada à exploração de armazéns alfandegados e terminais e à prestação de serviços de “operador portuário”, sendo arrendatária de armazéns externos localizados na margem direita do Porto de Santos, totalizando uma área de, aproximadamente, 12.000 m². Desde meados de 2014, a companhia trabalha na construção de terminal portuário próprio em Santos, que irá aumentar a produtividade a partir do início de sua operação, prevista para o primeiro semestre de 2015.

(b) da constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Timber Holdings S.A.

A Timber é detentora da posse de terras e florestas de eucalipto, necessária para o suprimento de madeira para a fábrica de celulose.

Em 18 de novembro de 2014, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a incorporação a valor contábil da controlada Timber Holdings S.A., sem aumento do capital social subscrito. A respectiva controlada era subsidiária integral da Companhia. O acervo líquido total da Timber na data de incorporação correspondia a R\$ 45.678 mil, formado substancialmente pelos ativos florestais (terras e florestas), que representam R\$ 45.605 mil (99,84%) do acervo líquido total mantido pela controlada. O objetivo da referida reestruturação foi o alinhamento da estrutura da Companhia à sua estratégia de negócios, assim como a unificação operacional do controle de florestas.

Início das operações no exterior

Para facilitar as vendas da celulose da Eldorado no mercado externo e garantir melhor atendimento aos clientes existentes e prospecção de novas contas, a companhia tem duas unidades estrategicamente localizadas no exterior: Cellulose Eldorado Austria GmbH na Áustria e Eldorado USA Inc. nos Estados Unidos.

Adicionalmente, foram abertos, em 2013, dois escritórios comerciais, um em Xangai na China, e outro em Baar, na Suíça, em continuidade à expansão da presença da Companhia no mercado externo.

Rishis Empreendimentos e Participações S.A.

Rishis é uma sociedade voltada à exploração de armazéns alfandegados e, terminais e à prestação de serviços de “operador portuário”, sendo arrendatária de armazéns externos localizados na margem direita do Porto de Santos, totalizando uma área de, aproximadamente, 12.000 m². Em 12 de agosto de 2011, a Companhia adquiriu um bônus de subscrição com direito à subscrição de 517.647 ações ordinárias, representativas de 46,32% do capital social votante da Rishis, com prêmio de emissão no valor de R\$ 9.000 e preço de exercício no valor fixo de R\$ 13.500, cujo direito foi exercido e integralmente pago em maio de 2014. Do direito exercido, foram subscritas 279.569 ações da Rishis e, conseqüentemente, foram integralizados R\$ 7.299 no capital social realizado da Rishis. Em 8 de outubro de 2013, a Companhia adquiriu o controle da Rishis através do aumento de participação acionária de 46,32% para 60%. Em 11 de agosto de 2014, a Companhia adquiriu participação adicional de 40% na Rishis, através de pagamento em espécie, passando de 60% para 100%. A Administração da Companhia busca, com essa transação, ganho operacional logístico, aumentando a competitividade da Companhia na exportação de celulose.

(c) dos eventos ou operações não usuais

Não ocorreram outros eventos e operações não usuais relevantes durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

(a) mudanças significativas nas práticas contábeis

Durante os exercícios de 2014, a Companhia não realizou nenhuma mudança espontânea nas práticas contábeis adotadas para a preparação das suas demonstrações financeiras. As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos, as interpretações e as orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

(b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, não foram reconhecidos efeitos significativos decorrentes de alterações de práticas contábeis.

(c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O relatório dos auditores independentes, emitido para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, foi emitido sem ressalvas em 26 de fevereiro de 2015. Na opinião dos auditores independentes

as demonstrações contábeis consolidadas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2014, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

O relatório dos auditores independentes mencionado acima inclui parágrafo de ênfase sobre as demonstrações contábeis individuais que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. A opinião dos auditores independentes não está ressalvada em função desse assunto. Adicionalmente os Diretores da Companhia reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia, do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Os diretores da Eldorado entendem que as políticas contábeis críticas são importantes para descrever a condição financeira e resultados operacionais da Companhia e exigem que se façam julgamentos subjetivos ou complexos, quase sempre devido à necessidade de fazer estimativas sobre o efeito de questões cuja incerteza é inerente. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a futura resolução possível das incertezas, os julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos. As políticas contábeis críticas são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. O detalhamento completo das práticas contábeis adotadas pela Companhia foi realizado na nota explicativa nº 4 Resumo das Principais Práticas Contábeis, nas demonstrações financeiras do exercício de 2014.

Os Diretores entendem que as estimativas e premissas contábeis críticas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão relacionadas à combinação de negócios e avaliação de perda (*impairment*) estimada do ágio, ativos biológicos, reconhecimento de receita, ativos e passivos contingentes e obrigações legais, uma vez que essas estimativas contábeis envolvem alto grau de julgamento complexo e subjetivo. Os resultados reais podem ser diferentes destas estimativas

A administração adota as seguintes práticas e premissas para estes itens, conforme descritos abaixo:

a) Ativos Biológicos

Os ativos biológicos da Companhia estão representados por florestas de eucalipto em formação, destinadas ao fornecimento de madeira para produção de celulose, em áreas localizadas no Estado de Mato Grosso do Sul. Atendendo ao IAS 41/CPC 29, a Companhia, para reconhecer seus ativos biológicos a valor justo, utilizou o modelo de Fluxo de Caixa Descontado (DCF - Discounted Cash Flow). Em linhas gerais, a metodologia pode ser sintetizada pela projeção de crescimento da floresta e subsequente exaustão da mesma, com idade de corte entre 5 e 8 anos, considerando-se restrições operacionais e de demanda anual. O estoque em pé de madeira em ponto de corte é exposto a mercado

e são descontados custos, despesas e impostos. Essas receitas e despesas compõem um fluxo de caixa descontado a uma taxa real, o que reflete as expectativas da Companhia tanto no retorno como nas captações para investimentos. Os volumes de madeira apurados na colheita variam com o crescimento da cultura e a idade de corte. Os custos dos tratos culturais contemplam gastos com as atividades de fertilização, mato-competição, combate a formigas e outras pragas, manutenção de estradas e aceiros, e outros serviços eventuais necessários à manutenção das florestas plantadas. A Companhia decidiu por avaliar trimestralmente seu ativo biológico e efetuar a reavaliação anualmente, por entender que esse procedimento é suficiente para demonstrar evolução do valor justo das florestas. A Companhia não possui ativos biológicos que envolvam riscos financeiros. A Companhia não possui seguros para suas florestas e para tanto possui os seguintes programas de prevenção de perdas do ativo biológico: torres de observação; monitoramento constante em fronteiras; equipes com treinamento especializado em combate a incêndio; monitoramento do processo de transporte de madeira.

O cálculo do valor justo dos ativos biológicos leva em consideração diversas premissas, tais como preço estimado de venda e incremento médio anual de madeira produzida por árvore medido em metros cúbicos por região. Quaisquer mudanças nessas premissas podem implicar na alteração do resultado do fluxo de caixa descontado e, conseqüentemente, na valorização ou desvalorização desses ativos.

b) Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia reconhece a depreciação de seu ativo imobilizado com base em vida útil estimada, que reflete o ciclo econômico do ativo imobilizado conforme práticas da indústria e experiência prévia. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica de cada unidade de produção. As vidas úteis do ativo imobilizado também afetam os testes de recuperação, quando necessário.

A Companhia não acredita que existam indicativos de alterações materiais nas estimativas e premissas usadas no cálculo de perdas por recuperabilidade do ativo imobilizado. Porém, se os atuais resultados não forem consistentes com as estimativas e premissas usadas nos fluxos de caixa futuros estimados e no valor justo dos ativos, a Companhia pode estar exposta a perdas que podem ser materiais.

c) Contabilização de combinação de negócios e indicação de não recuperação (“impairment”) de ágio e ativos intangíveis

A Companhia faz julgamentos significativos no processo de identificação dos ativos e passivos tangíveis e intangíveis, na determinação do valor de tais ativos e passivos e na vida útil remanescente dos mesmos. Normalmente, a Companhia contrata empresas de avaliação independente para auxiliá-la na determinação do valor de ativos e passivos adquiridos. Esta avaliação baseia-se em premissas e critérios que podem incluir estimativas de fluxo de caixa futuro e/ou descontado a valor presente pelas taxas adequadas. A utilização de premissas diferentes daquelas utilizadas para fins de avaliação, incluindo estimativas de fluxo de caixa futuro descontado a valor presente, podem ter resultado em estimativas diferentes dos valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos.

A Companhia testa anualmente seu ágio e outros ativos de longo prazo sempre que acontecimentos e circunstâncias indicam que os fluxos de caixa descontados estimados para serem gerados por tais ativos são menores do que o valor contábil desses itens. As estimativas dos valores reais usadas, pela Eldorado, para calcular a perda por redução do valor de recuperação, se houver, representam a melhor estimativa com base nos fluxos de caixa previstos, tendências do setor e referência às taxas e operações de

mercado, nos resultados históricos e condições operacionais da Companhia. A perda por redução do valor de recuperação também pode ocorrer quando a Companhia decidir alienar ativos.

d) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em ações judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista e em processos administrativos de natureza tributária. Com base na opinião dos advogados e consultores legais, a Administração reconhece provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários cuja chance de perda é considerada provável quando o valor da perda puder ser razoavelmente estimado. Por sua natureza, as contingências serão resolvidas quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia, o que dificulta a realização de estimativas precisas acerca da data em que tais eventos serão verificados. Avaliar tais passivos, particularmente no incerto ambiente legal brasileiro, bem como em outras jurisdições, envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros. As premissas utilizadas pelos advogados e consultores legais da Companhia, requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas, o que torna esta prática contábil crítica na opinião da sua Administração.

e) Reconhecimento de receita

A Companhia reconhece a receita e os custos associados de vendas no momento em que os produtos são entregues aos clientes ou quando os riscos e benefícios associados são transferidos. A receita é registrada pelo valor líquido de vendas (após deduções de impostos, descontos, abatimentos, devoluções e comissões).

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

(a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Os Diretores da Companhia entendem que os procedimentos e sistemas de controles internos são adequados e suficientes e foram implementados de forma a permitir a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis e precisas. Até o momento não foram identificadas deficiências relevantes de controles internos. Mesmo assim, a Companhia e seus os Diretores buscam a melhoria constante dos procedimentos e sistemas de controle referidos acima.

(b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Não foram identificados, por parte dos auditores independentes da Companhia, deficiências e recomendações relevantes com relação aos controles internos para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras que mereçam destaque.

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

(a) como os recursos resultante da oferta foram utilizados

Não aplicável dado que não houve oferta pública de distribuição de valores mobiliários de emissão da Companhia desde o registro obtido junto a CVM em 06 de junho de 2012.

(b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de

aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável dado que não houve oferta pública de distribuição de valores mobiliários de emissão da Companhia desde o registro obtido junto a CVM em 06 de junho de 2012.

(c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável dado que não houve ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários de emissão da Companhia desde o registro obtido junto a CVM em 06 de junho de 2012.

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

A Companhia efetua arrendamentos operacionais de terras para utilização em suas operações que estão divulgados na nota explicativa 28 Arrendamento Operacional de Terras das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014. A Companhia também participa de acordos de *take or pay* para o fornecimento de produtos químicos, e serviços logísticos.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há quaisquer outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, que sejam evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Em relação aos itens evidenciados, referentes aos arrendamentos operacionais, na tabela a seguir demonstramos os valores que poderão impactar os resultados e os ativos da Companhia nos próximos exercícios.

	<u>Controladora e consolidado</u>	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Menos de um ano	83.645	47.225
Entre um e cinco anos	335.385	281.712
Mais de cinco anos	558.548	541.511
	<u>977.578</u>	<u>870.448</u>

Não há quaisquer outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

(b) natureza e o propósito da operação

Arrendamentos Operacionais

A Companhia arrenda áreas de plantio de madeira com base em arrendamentos operacionais de terceiros como fonte de matéria-prima para os produtos. O prazo dos arrendamentos normalmente é de quatorze

anos, com opção de renovação do mesmo após este período. Os pagamentos são reajustados de acordo com os índices de mercado.

Contratos de Take-or-Pay

A Companhia firmou contratos de longo prazo de *Take or Pay* com fornecedores de produtos químicos (Eka e White Martins), geralmente contratados de 10 a 20 anos e serviços logísticos (ALL e MRS – serviços de transportes logísticos por linha ferroviária), geralmente de 5 a 10 anos. Os contratos preveem cláusulas de rescisão e suspensão de fornecimento por motivos de descumprimento de obrigações essenciais.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não há quaisquer outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, que não foram mencionados nos itens acima (10.9 - a e b).

10.10 - Plano de negócios

(a) investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:

Os principais investimentos realizados em 2014 contemplaram: i) silvicultura, para manutenção e complementação da base florestal da companhia para a linha existente e nova linha de produção, ii) logística, principalmente em função da primarização de parcela significativa desta atividade, iii) construção do terminal portuário próprio em Santos, através da subsidiária Rishis. Segue abaixo descrição dos principais itens e montante dos investimentos:

Silvicultura: R\$ 380 milhões

Industrial: R\$ 45 milhões

Logística (principalmente em função das primarizações): R\$ 60 milhões

Florestal (principalmente em equipamentos florestais): R\$ 23 milhões

Investimentos Não-Regulares

Terminal portuário próprio em Santos (Rishis Empreendimentos e Participações): 37 milhões

Para 2015, o foco dos nossos investimentos serão o aumento da competitividade, por meio do terminal próprio em Santos e outras iniciativas de incremento de produtividade, e a continuidade da construção da base florestal da Eldorado.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos;

A Companhia estuda regularmente formas de otimizar sua estrutura de capital e de captar recursos para financiar seus investimentos com foco em aumento de produtividade e expansão, por meio de capital próprio (caixa e equivalentes); capital de terceiros – inclusive mediante emissões de valores mobiliários; contratação de linhas de crédito e financiamentos com instituições financeiras e linhas de crédito.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos;

Na data deste Formulário de Referência, não há desinvestimentos relevantes em andamento, nem qualquer previsão de desinvestimento no curto prazo.

(a) aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

Não há, na data deste Formulário de Referência, previsões de aquisições de plantas ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da companhia.

(b) novos produtos e serviços, indicando:

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;

A Companhia não vislumbra, no curto prazo, investimentos em novos produtos e/ou serviços, além daqueles que desenvolve na data deste Formulário de Referência.

(ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável. Vide item “i” acima.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável. Vide item “i” acima.**(iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável. Vide item “i” acima.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta Seção 10.

ANEXO B*(Itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência da Companhia)***12.6. Dados Cadastrais dos Candidatos ao Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Companhia**

Nome	Idade	Profissão	CPF	Cargo	Data de Eleição	Data de Posse	Prazo de Mandato	Outros cargos ou função exercidos na Companhia	Indicação pelo Controlador
Joesley Mendonça Batista	43 anos	Empresário	376.842.211-91	Membro do Conselho de Administração	23.04.2015	23.04.2015	até AGO de 2016	n/a	Sim
Ricardo Saud	52 anos	Administrador de Empresas	446.626.456-20	Suplente de Membro do CA	23.04.2015	23.04.2015	até AGO de 2016	n/a	Sim
Wesley Mendonça Batista	44 anos	Empresário	364.873.921-20	Membro do Conselho de Administração	23.04.2015	23.04.2015	até AGO de 2016	n/a	Sim
Francisco de Assis e Silva	50 anos	Advogado	545.102.019-15	Suplente de Membro do CA	23.04.2015	23.04.2015	até AGO de 2016	n/a	Sim
José Batista Sobrinho	82 anos	Empresário	052.970.871-04	Membro do Conselho de Administração	23.04.2015	23.04.2015	até AGO de 2016	n/a	Sim
Emerson Fernandes Loureiro	42 anos	Administrador de empresas	132.188.548-22	Suplente de Membro do CA	23.04.2015	23.04.2015	até AGO de 2016	n/a	Sim
Paulo Eduardo Nigro	54 anos	Administrador de empresas	064.352.268-90	Membro do Conselho de Administração	23.04.2015	23.04.2015	até AGO de 2016	n/a	Sim
Antônio da Silva Barreto Júnior	31 anos	Administrador de empresas	003.245.181-45	Suplente de Membro do CA	23.04.2015	23.04.2015	até AGO de 2016	Membro de Comitês de Assessoramento ao CA	Sim

Miguel João Jorge Filho	70 anos	Jornalista	024.842.858-68	Membro do Conselho de Administração	23.04.2015	23.04.2015	até AGO de 2016	n/a	Sim
Humberto Junqueira de Farias	46 anos	Engenheiro civil	111.572.558-09	Suplente de Membro do CA	23.04.2015	23.04.2015	até AGO de 2016	n/a	Sim
p	46 anos	Economista	131.951.338-73	Membro do Conselho de Administração	23.04.2015	23.04.2015	até AGO de 2016	n/a	Não
Paola Rocha Ferreira	35 anos	Engenheira Química	081.786.107-60	Suplente de Membro do CA	23.04.2015	23.04.2015	até AGO de 2016	n/a	Não
Alcinei Cardoso Rodrigues	50 anos	Economista	066.206.228-01	Membro do Conselho de Administração	23.04.2015	23.04.2015	até AGO de 2016	n/a	Não
Mariana Santa Bárbara Vissirini	32 anos	Economista	096.566.157-19	Suplente de Membro do CA	23.04.2015	23.04.2015	até AGO de 2016	n/a	Não
Florisvaldo Caetano de Oliveira	62 anos	Técnico contabilista	098.272.341-53	Membro do Conselho Fiscal	23.04.2015	23.04.2015	até AGO de 2016	n/a	Sim
Sandro Domingues Raffai	50 anos	Contador	064.677.908-71	Suplente de Membro do CF	23.04.2015	23.04.2015	até AGO de 2016	n/a	Sim
Demetrius Nichele Macei	44 anos	Advogado	787.870.509-78	Membro do Conselho Fiscal	23.04.2015	23.04.2015	até AGO de 2016	n/a	Sim
Adrion Lino Pires	43 anos	Contador	532.596.451-87	Suplente de Membro do CF	23.04.2015	23.04.2015	até AGO de 2016	n/a	Sim
Rogério Santa Rosa	44 anos	Advogado	139.478.488-03	Membro do Conselho Fiscal	23.04.2015	23.04.2015	até AGO de 2016	n/a	Não

Daniel Gonçalves Pereira	30 anos	Economista	102.878.997-13	Suplente de Membro do CF	23.04.2015	23.04.2015	até AGO de 2016	Membro de Comitês de Assessoramento ao CA	Não
--------------------------	---------	------------	----------------	--------------------------	------------	------------	-----------------	---	-----

12.7. Fornecer as informações mencionadas no Item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

Não aplicável à presente Proposta.

12.8. a.1. Experiência profissional dos Candidatos ao Conselho de Administração da Companhia

Joesley Mendonça Batista

Atual Diretor-Presidente da J&F Investimentos S.A. e presidente do Conselho de Administração da JBS S.A., maior empresa produtora de proteína do mundo, o Sr. Joesley possui mais de 20 anos de experiência com produção de carne bovina no Grupo JBS. Participa de outros negócios nas áreas imobiliária, de alimentos, agronegócio, higiene, limpeza, e finanças através da Holding J&F Investimentos S.A. Atualmente ocupa o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia.

Ricardo Saud

Graduado em gestão e administração de agronegócios pela Universidade de Uberaba e pós graduado em Gestão Financeira e Comércio Exterior em Agronegócios, com vasta experiência no mercado, possui mais de 30 anos de atuação com agronegócios. Atuou como presidente da Campanha de Armazenamento do Estado de Minas Gerais, Secretário de Desenvolvimento Econômico, Diretor de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo, Chefe de Gabinete de órgãos públicos, Diretor da Universidade de Uberaba e professor do curso de Agronegócios e Administração da UNIBE. Atualmente ocupa o cargo de Diretor de Relações Institucionais da J&F Investimentos S.A.

Wesley Mendonça Batista

Atual Diretor-Presidente e vice-presidente do Conselho de Administração da JBS S.A., maior empresa produtora de proteína do mundo, o Sr. Wesley possui mais de 20 anos de experiência com produção de carne bovina no Grupo JBS. Participa de outros negócios nas áreas imobiliária, de alimentos, agronegócio, higiene, limpeza, e finanças através da Holding J&F Investimentos S.A. Atualmente ocupa o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia.

Francisco de Assis e Silva

Formado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-PR), cursou Pós Graduação Lato Sensu em Direito Ambiental, na PUC-PR; Pós Graduação Lato Sensu em Direito Empresarial pela Universidade Mackenzie – SP; e Pós Graduação Strictu Sensu (mestrado), na Universidades Mackenzie de São Paulo e Universidade Federal do Paraná, nas áreas de Direito do Estado, com dissertação em Sistema Constitucional Tributário, com todos os créditos para o Doutorado; Cursou MBE na USP – SP em Economia do Trabalho. É membro do Instituto dos Advogados de São Paulo, IASP e do Instituto Brasileiro de Direito Tributário, IBDT – USP. Foi advogado do Grupo Trombini por 5 anos. Foi Diretor Administrativo e Jurídico da Transportadora Itapemirim S.A., empresa do ramo de transportes. Exerce sua atividade no Grupo JBS desde dezembro de 2001.

José Batista Sobrinho

Sócio fundador do Grupo JBS, possui mais de 50 anos de experiência com produção de carne bovina. Exerce o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da JBS S.A.

Emerson Fernandes Loureiro

Graduado em Administração de Empresas pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EAESP-FGV). Atuou como Head FX no BankBoston (2003-2008) e FX Trader no Grupo JBS (2003-2008). Exerceu o cargo de diretor do Banco Original S.A. (2008-2013) e atualmente atua como FX Trader.

Paulo Eduardo Nigro

Formado em Engenharia Mecânica pela FAAP, com MBA pela Universidade Mackenzie e especialização em Gerência e Administração de Negócios pelo IMD Institute, em Lausanne, na Suíça. Ingressou na Tetra Pak em 1991 como gerente de vendas, tendo experiência em empresas como Philips, Goodyear e Aga. Atualmente exerce o cargo de diretor presidente dos Laboratórios Aché desde novembro de 2014.

Antônio da Silva Barreto Júnior

Graduado em Administração de Empresas pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EAESP-FGV). Iniciou sua carreira no mercado financeiro em 2006, trabalhando em uma boutique de investimentos em operações de M&A e Private Equity. Em 2009, trabalhando em um Fundo de Private Equity Americano, assumiu a posição em uma empresa investida no setor de Energia Renovável (Etanol e Biodiesel) como Gerente de Novos Negócios. Em 2010 atuou como Gerente Financeiro da Companhia, e atualmente ocupa o cargo de Gerente Financeiro da J&F Investimentos S.A.

Miguel João Jorge Filho

Graduado em jornalismo, no final de 1965 fez parte da equipe que fundou o 'Jornal da Tarde', no qual ocupou várias posições, de repórter de geral a subsecretário de redação. Em 1977, tornou-se diretor de redação de "O Estado de S. Paulo", onde ficou até 1987, quando assumiu o cargo de Diretor de Comunicação Social da Autolatina, joint-venture Volkswagen e Ford no Brasil. Em 1989, foi nomeado Vice-Presidente de Assuntos Humanos e Assuntos Corporativos da Volkswagen do Brasil, posição que ocupou até o final de 2000, quando se tornou Vice-Presidente Executivo de Recursos Humanos e Assuntos Legais e Corporativos do Banco Santander Banespa. Foi membro do Conselho do Grupo 'O Estado de S. Paulo' Group, do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República, do Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta-TV Cultura e do Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo. Atualmente é professor de Jornalismo Informativo na Faculdade de Comunicações da Universidade Paulista e membro efetivo dos Conselhos de Administração das empresas MAN-Volkswagen do Brasil, TIVIT Tecnologia, Fresenius-Kalbi do Brasil e Libra Terminais Marítimos/Logística.

Humberto Junqueira de Farias

Graduado em Engenharia Civil pela Faculdade Presbiteriana Mackenzie e em Administração de Empresas, possui cursos de especialização na Fundação Getúlio Vargas (FGV), Universidade de São Paulo (USP) e IMD Institute, em Lausanne, na Suíça. Possui mais de 20 anos de carreira atuando como CEO em grandes empresas, como Renuka do Brasil S.A., Camargo Corrêa, Cavo Serviços e Saneamento

S.A. e Loma Negra CIASA, na Argentina. Atualmente exerce o cargo de CEO da Zetta Energia e é membro do Conselho de Administração da JBS S.A. e da Holding J&F Investimentos S.A.

Lício da Costa Raimundo

Economista formado pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP). Possui Mestrado e Doutorado em Economia pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), do qual também foi professor. Foi diretor de Investimentos da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo – FUNPRESP e chefe da Assessoria de Planejamento de Investimentos da Fundação Petrobrás de Seguridade Social – PETROS.

Paola Rocha Ferreira

Graduada em Engenharia Química pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ), e com MBA em Finanças pela Fundação Dom Cabral e Mestre em Finanças pelo IBMEC-RJ. Atuou como analista de Planejamento e Controle da Produção da farmacêutica Roche (2000-2002), analista de Gestão de Recursos do grupo Santander Banespa (2002-2004) e analista de Planejamento Financeiro na Companhia Vale do Rio Doce (2004-2005). Exerceu os cargos de membro do Conselho Fiscal de Lupatech S.A e do Conselho de Administração da Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A. – INVEPAR e Log-In Logística Intermodal S.A. Atualmente, ocupa o cargo de Gerente de Governança em Participações da Fundação Petrobras de Seguridade Social – PETROS.

Alcinei Cardoso Rodrigues

É Economista formado pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP) em 1999, cursou Mestrado em Economia na PUC-SP e Pós-Graduação com especialização em Extensão em Previdência Complementar – PUC-/RJ. Foi Assessor de Diretoria, Gerente de Participações e Gerente de Planejamento Estratégico na Fundação Petrobras de Seguridade Social – PETROS, de junho de 2003 a novembro de 2011. A partir de novembro 2011 atua como Coordenador na Gerência de Participações Societárias – GEPAR da Fundação dos Economistas Federais – FUNCEF.

Mariana Santa Bárbara Vissirini

É Economista formada pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Mestre em Economia Empresarial pela Universidade Cândido Mendes. Desde julho de 2012 é analista de investimentos na área de participações societárias da Fundação dos Economistas Federais – FUNCEF. É membro suplente do Conselho de Administração da Sete Brasil e da Odebretch Utilities. Atuou por quatro anos como analista de investimentos da Petros com foco na área de negociação e avaliação de novos investimentos e por três anos como analista de planejamento estratégico. Possui vivência no ensino empresarial e acadêmico.

12.8. a.2. Experiência profissional dos Candidatos ao Conselho Fiscal da Companhia

Florisvaldo Caetano de Oliveira

Membro do Conselho Fiscal da JBS S.A. desde setembro de 2007. Formado em Técnico em Contabilidade pelo Colégio La Salle em Brasília/DF. Administrou a empresa Rigor 65 Comércio e Distribuição de Produtos de Higiene e Limpeza de 1998 a 2006. Administrou a empresa Transportadora Santos Dumont Ltda., empresa do segmento de transportes, de 1999 a 2002. Atualmente administra o

escritório de contabilidade F.F. Ltda. desde dezembro de 2004 e ocupa o cargo de Presidente do Conselho Fiscal da Companhia.

Sandro Domingues Raffai

Graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade Oswaldo Cruz e Técnico em Administração de Empresas, com pós graduação em Gestão Tributária pela Escola de Comércio Álvares Penteadó – FECAP. Atualmente exerce a função de assistente contábil no escritório de contabilidade F.F. Ltda.

Demetrius Nichele Macei

Pós-doutorando em Direito Tributário pela USP. Doutor em Direito do Estado pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP). Mestre em Direito Econômico e Social (2004) e Especialista em Direito Empresarial pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-PR) (2000), Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Paraná (1994). Professor do Corpo Permanente Mestrado em Direito Tributário na Faculdade de Direito Curitiba (UNICURITIBA). Professor Convidado no Curso de Posgrado en Derecho Tributario na Universidad Austral de Buenos Aires/Argentina e Professor licenciado da Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo (2006-2007). Ocupou os cargos de diretor jurídico da JBS Argentina S/A (2008-2009), Gerente Jurídico Tributário na JBS S/A (2005-2010) e na Deloitte Auditores Independentes (1999-2003) e ainda, assessor jurídico na OCEPAR e no Conselho Fiscal da UNIMED Curitiba. Realizou Curso de Extensão em Direito Norte-Americano pela Fordham University, em Nova York/EUA (2010). Publicou o livro “Tributação do Ato Cooperativo” (Juruá, 2004 e 2014) e "Verdade Material no Direito Tributário" (Malheiros, 2013). Atualmente participa do conselho Temático de Assuntos Tributários da Federação das Indústrias do Paraná (FIEP) e é sócio titular de escritório de advocacia empresarial e é associado do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, desde 2011.

Adrion Lino Pires

Graduado em Ciências Contábeis pela UNIFAJ – União das Faculdades de Jussara. Exerceu cargos de Coordenador de Contabilidade na JBS S.A. (2003 – 2010) e Gerente Administrativo na empresa J&F Investimentos S.A. (2011 – 2013).

Rogério Santa Rosa

Graduado em Direito pela Universidade Salesiana – Unisal Americana/SP e técnico em eletrônica pelo Colégio Politec – Americana/SP. É sócio proprietário da Advocacia Santa Rosa, sediada na Cidade de Americana, Estado de São Paulo, Advogado do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Araras, atuando na seara do Direito Administrativo e Direito do Trabalho na Administração Pública e funcionário da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobrás desde maio de 1996.

Daniel Gonçalves Pereira

Formado em Ciências Econômicas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), com especialização em Finanças pelo COPPEAD/RJ em 2009. Exerceu a função de Analista de Investimentos da Lopes Filho & Associados Consultoria de Investimentos Ltda. de janeiro de 2001 a abril de 2009. Atua como Analista de Investimentos da Fundação Petrobras de Seguridade Social – PETROS desde maio de 2009. Atualmente é membro titular de Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia, da Oi S.A. e da Investimentos e Participações em Infra-estrutura S.A. – INVEPAR e é membro suplente do Conselho Fiscal da Norte Energia S.A.

12.8. b. Condenações criminais, condenações em processo administrativo da CVM e penas aplicadas e condenações judiciais ou administrativas transitadas em julgado que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos com qualquer administrador ou membro do conselho fiscal

Nenhum dos profissionais mencionados no item acima esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

No que se refere aos demais subitens do Item 12 (a saber, **itens 12.9 e 12.10**): De acordo com a Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, (“ICVM 480/09”), Anexo 24, esses campos são facultativos para a Companhia, por esta ser registrada na categoria B.

ANEXO C*(Item 13 do Formulário de Referência da Companhia)***13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2015 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7	5	3	15
Remuneração fixa anual	1.260.000	9.362.315	428.817	11.051.132
Salário ou pró-labore	1.260.000	7.941.050	428.817	9.629.866
Benefícios direto e indireto		1.421.266		1.421.265
Participações em comitês				0
Outros				
Remuneração variável		8.448.868		8.448.868
Bônus		0		0
Participação de resultados		8.448.868		8.448.868
Participação em reuniões				0
Comissões				0
Outros				0
Pós-emprego				0
Cessação do cargo				0
Baseada em ações				0
Total da remuneração	1.260.000	17.811.183	428.817	19.500.000

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2014 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7	5	3	15
Remuneração fixa anual	1.236.800	8.834.232	332.000	10.403.032
Salário ou pró-labore	1.236.800	8.638.947	332.000	10.207.747
Benefícios direto e indireto		195.286		195.286
Participações em comitês				0
Outros				0
Remuneração variável		6.140.968		6.140.968
Bônus		6.140.968		6.140.968
Participação de resultados				0
Participação em reuniões				0
Comissões				0
Outros				0
Pós-emprego				0
Cessação do cargo				0
Baseada em ações				0
Total da remuneração	1.236.800	14.975.000	332.000	16.544.000

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2013 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	8	5	3	16
Remuneração fixa anual	1.066.000	6.138.143	276.200	7.480.343
Salário ou pró-labore	1.066.000	6.138.143	276.200	7.480.343
Benefícios direto e indireto		230.000		230.000
Participações em comitês				0
Outros				0
Remuneração variável	0	5.051.345	0	5.051.345
Bônus		300.000		300.000
Participação de resultados		4.751.354		4.751.354
Participação em reuniões				0
Comissões				0
Outros				0
Pós-emprego				0
Cessação do cargo				0
Baseada em ações				0
Total da remuneração	1.066.000	11.419.497	276.200	12.761.697

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2012 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6	5	1	12
Remuneração fixa anual	817.000	5.312.335	68.000	6.082.335
Salário ou pró-labore	817.000	5.197.335	68.000	6.082.335
Benefícios direto e indireto		115.000		115.000
Participações em comitês				0
Outros				0
Remuneração variável	0	1.456.129	0	1.456.129
Bônus		450.000		450.000
Participação de resultados		1.006.129		1.006.129
Participação em reuniões				0
Comissões				0
Outros				0
Pós-emprego				0
Cessação do cargo				0
Baseada em ações				0
Total da remuneração	817.000	6.768.464	68.000	7.653.464

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores:

Órgão	2014
Conselho de Administração	28,0%
Diretoria Estatutária	0,0%
Conselho Fiscal	0,0%

Órgão	2013
Conselho de Administração	25,0%
Diretoria Estatutária	0,0%
Conselho Fiscal	0,0%

Órgão	2012
Conselho de Administração	21,42%
Diretoria Estatutária	0,0%
Conselho Fiscal	0,0%

No que se refere aos demais subitens do Item 13 (a saber, **itens 13.1 e 13.3. a 13.11**): De acordo com a Instrução CVM nº 480/09, Anexo 24, esses campos são facultativos para a Companhia, por esta ser registrada na categoria B.
